

## **IMPUGNAÇÃO**

**Credenciamento            nº            001/2026,            Edital            nº            001/2026**  
**Município de Presidente Olegário, MG**

**À Agente de Contratação e Equipe de Apoio**  
**Município de Presidente Olegário, MG**

Viva Mais Clínica de Saúde Ltda., inscrita no CNPJ nº 55.317.379/0001-18, com sede na Rua Santa Rita, nº 165, Centro, Presidente Olegário/MG, neste ato representada por **JULIAN GONÇALVES QUITILIANO**, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF nº **099.135.496-63**, vem, respeitosamente, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA** acerca do Edital nº 001/2026, Credenciamento nº 001/2026, pelos motivos e questionamentos a seguir.

### **1. Cabimento, objetivo da impugnação e necessidade de decisão antes da sessão inaugural**

A presente impugnação se dirige a pontos do Termo de Referência e anexos do Edital nº 001/2026 que, pelo modo como redigidos e operacionalizados, geram efeito prático de restrição, por ausência de clareza normativa e insuficiência de justificativa aderente ao caso concreto, em temas sensíveis à competitividade em credenciamentos, especialmente exigência geográfica, subcontratação (20%), e regras operacionais hospitalares.

Registra-se que o próprio Município já consignou, em resposta formal, que a impugnação deve ocorrer antes da sessão inaugural e que, após esse marco, não se admite retificação do edital, o que reforça a necessidade de correção prévia do instrumento convocatório.

### **2. Premissas técnicas do próprio ETP e coerência exigida entre ETP, TR, Edital e Contrato**

O Estudo Técnico Preliminar descreve que o credenciamento visa formar rede descentralizada e eficiente, com coletas e análises ágeis e seguras, além de assegurar maior cobertura territorial e continuidade do atendimento.

No mesmo documento, consta que a terceirização na área laboratorial é tratada como decisão estratégica para eficiência e ampliação do portfólio, inclusive para exames raros e adequação à flutuação de demanda.

Essas premissas obrigam que os requisitos do Termo de Referência sejam calibrados com proporcionalidade e clareza, evitando que o edital, na prática, contrarie a finalidade declarada no ETP, isto é, ampliar oferta e garantir cobertura com múltiplos prestadores.

### **3. Pontos impugnados**

#### **3.1. Exigência geográfica, item 4.9 do Termo de Referência, risco de restrição desproporcional**

O Termo de Referência prevê que **“as empresas interessadas deverão possuir sede ou posto de coleta próprio, devidamente estabelecido no Município de Presidente Olegário/MG”**.

A exigência, tal como redigida, é capaz de produzir efeito prático de barreira à participação, principalmente se interpretada como obrigação de estrutura fixa “própria” prévia, ou como exigência de que a unidade de processamento esteja no Município, em vez de apenas garantir acessibilidade por ponto de coleta e prazos de logística.

O risco se agrava porque o próprio Município esclareceu que não admite credenciamento de “unidade de coleta” que funcione apenas como intermediária, repassando a totalidade ou a maioria dos exames para laboratório parceiro, exigindo capacidade técnica própria do credenciado para o objeto principal.

A combinação prática destas regras pode estreitar excessivamente o universo de possíveis credenciados, contrariando a lógica de credenciamento como contratação paralela e não excludente e, sobretudo, as premissas do ETP sobre cobertura territorial e rede descentralizada.

**O ponto não é afastar o interesse público da acessibilidade**, mas ajustar a regra para que a Administração obtenha presença local sem impor filtro estrutural prévio desnecessário, quando a qualidade e a agilidade podem ser controladas por critérios técnicos objetivos, prazos e fiscalização.

- **Pedidos específicos deste tópico:**

- a) Retificação do item 4.9 para explicitar que a exigência visa garantir **ponto de coleta/atendimento no Município**, com possibilidade de comprovação por instrumento formal de disponibilidade do espaço, e com previsão de prazo uniforme para implantação e adequação, quando necessário, sem impedir a participação.
- b) Esclarecimento vinculante, no texto consolidado, de que a exigência não se confunde com obrigatoriedade de instalação do laboratório de processamento principal no Município, desde que demonstrada capacidade técnica, sanitária e logística para cumprir prazos e padrões de qualidade.

### **3.2. Subcontratação, item 5.1 do Termo de Referência, limite de 20% e conceito de “serviços complementares”, necessidade de justificativa e clareza normativa**

O Termo de Referência dispõe que não será permitido delegar ou transferir a terceiros a prestação de serviços, salvo “serviços complementares aos serviços principais”, limitados a “20% do total dos serviços prestados”, com autorização prévia por escrito.

O mesmo item invoca o Acórdão TCU nº 3144/2011 para vedar subcontratação de parcelas tecnicamente mais complexas ou de maior valor.

Em resposta técnica, o Município esclareceu que o percentual será apurado pela quantidade de exames/procedimentos, e fixou como “serviços principais” as fases analítica e pós-analítica, classificando como “complementares” exames de baixa demanda ou alta especialização, que devem constar em “lista de exames terceirizados” para aprovação prévia.

Também afirmou que o edital não admite credenciamento de “unidade de coleta” intermediária, e que a subcontratação é apenas para atividades acessórias ou exames de baixíssima demanda, dentro do limite de 20%. E, ainda, que alterações de volume ou lista exigirão requerimento formal e rito administrativo.

**O problema jurídico-administrativo aqui não é a existência de algum limite**, e sim a forma como ele foi estruturado, vejamos:

- a) o edital fixa um teto rígido (20%) e usa conceito aberto (“complementares”) sem inserir, no próprio instrumento convocatório, critérios suficientemente fechados para evitar discricionariedade e insegurança, o que acabou sendo suprido por “respostas” posteriores, sem consolidação no edital, o que fragiliza vinculação e previsibilidade, especialmente quando o próprio Município defende que não retifica depois da inaugural;

b) o teto de 20%, somado à vedação de “unidade de coleta” intermediária, pode reduzir de modo significativo a participação de prestadores que, embora aptos e qualificados, dependam de rede de referência para exames específicos e de baixa demanda, situação que o próprio ETP reconhece como inerente ao setor e útil para ampliar portfólio e viabilizar exames raros.

c) a justificativa técnica mencionada na resposta remete a “estudo de mercado”, mas a robustez dessa motivação precisa ser refletida no próprio edital e seus anexos consolidados, não apenas em esclarecimento, pois é precisamente esse o núcleo que afeta a competitividade e o desenho do credenciamento.

- **Pedidos específicos deste tópico:**

a) Retificação consolidada do Termo de Referência para incluir, de forma vinculante, a definição de “serviços principais” e “serviços complementares”, o método de apuração do percentual por quantidade, o período de aferição e o tratamento de variação de demanda, nos termos dos esclarecimentos já prestados.

b) Esclarecimento vinculante no edital consolidado do procedimento e prazo administrativo para aprovação e alteração da “lista de exames terceirizados”, incluindo marcos claros de resposta e efeitos, já que o próprio Município prevê requerimento formal e rito administrativo para mudanças.

c) Motivação técnica aderente ao caso concreto, em linguagem objetiva e verificável, para a escolha do percentual de 20% no cenário do Município, demonstrando que a restrição não produzirá, na prática, concentração indevida nem redução incompatível com a finalidade do credenciamento, à luz das premissas do ETP sobre cobertura territorial e rede descentralizada.

### **3.3. Ambiguidade crítica no atendimento hospitalar, item 4.13.e do Termo de Referência**

O Termo de Referência estabelece atendimento ao Hospital Municipal em regime 24h, define horários de coleta do contratado e prevê que, fora do horário de funcionamento do contratado, coleta e transporte podem ser realizados por servidores do hospital, mantendo-se a responsabilidade do contratado pela disponibilização do laudo.

No item 4.13.e, prevê-se que “o CONTRATADO disponibilizará funcionário habilitado e/ou deve indicar laboratório para atendimento e realização dos exames no período que não estiver disponível para atendimento”.

A redação é objetivamente ambígua, pois não define o que significa “não estiver disponível para atendimento”, se relacionado ao prestador, ao hospital, ao fluxo, ao sistema, ou a evento eventual. Além disso, o “e/ou” abre margem para exigência

variável, com riscos concretos de fiscalização desigual, imputação de descumprimento sem parâmetro e, principalmente, conflito com as regras de subcontratação, já que “indicar laboratório” pode ser entendido como subcontratar e deve ser compatibilizado com o item 5.1 e seus limites.

- **Pedidos específicos deste tópico:**

- a) Retificar o item 4.13.e para definir com clareza o que caracteriza “indisponibilidade”, quais hipóteses ativam o dever de retaguarda, e quais responsabilidades recaem sobre o contratado e sobre o hospital, por etapa.
- b) Esclarecer, no texto consolidado, se “indicar laboratório” constitui subcontratação, e como isso se compatibiliza com o limite de 20% e com a obrigação de lista e autorização prévia.

### **3.4. Harmonização das vigências, clareza normativa entre Edital, Termo de Referência e Contrato**

O edital prevê vigência do credenciamento por 60 meses. O Termo de Credenciamento também registra vigência de 60 meses., já o Termo de Referência menciona vigência da contratação por 5 anos, prorrogável por até 10 anos. E por fim, a minuta contratual prevê vigência de 60 meses e prorrogação conforme arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

Embora seja possível compatibilizar “vigência do credenciamento” com “vigência da contratação”, a forma como isso está redigido, em múltiplos instrumentos e com redações diferentes, tende a gerar dúvida interpretativa para o participante, e isso é ruim em credenciamento, porque afeta decisão de investimento e dimensionamento operacional.

- **Pedidos específicos deste tópico:** Retificação consolidada para explicitar, em tópico próprio, a distinção entre vigência do credenciamento e vigência contratual, padronizando as redações entre TR e minuta de contrato, com indicação inequívoca do regime de prorrogação.

### **4. Pedido de retificação consolidada e reabertura de prazo de adequação, mínimo de 30 dias**

Os pontos impugnados não são meramente formais, eles impactam o desenho do credenciamento e o modo de execução: a exigência local (item 4.9), a regra de subcontratação (item 5.1), e a obrigação hospitalar com redação ambígua (item 4.13.e).

Por isso, caso acolhida total ou parcialmente a impugnação, a Administração deve publicar retificação consolidada, com texto único e vinculante, e reabrir prazo para adequação e apresentação de documentação, sob pena de manter vantagem prática para quem já está previamente estruturado e, por consequência, restringir a participação, em contradição com as premissas do ETP de rede descentralizada e maior cobertura territorial.

O prazo mínimo requerido é de 30 (trinta) dias, contados da publicação da retificação consolidada, como marco único e seguro.

## 5. Pedidos

Diante do exposto, requer-se:

a) **Suspensão ou adiamento da sessão inaugural**, se necessário, para que a Administração decida a presente impugnação e publique eventual retificação consolidada antes da consolidação de atos.

b) A **procedência da impugnação** para determinar **retificação consolidada** do Edital e anexos, incorporando os esclarecimentos vinculantes e sanando as ambiguidades e excessos apontados.

c) A **reabertura do prazo por, no mínimo, 30 (trinta) dias**, contados da **publicação da retificação consolidada**, para apresentação/adequação de documentos e conformação operacional dos interessados.

d) Especificamente:

- revisão do item 4.9 para garantir presença local por ponto de coleta, sem criar barreira estrutural desproporcional, com critérios objetivos de desempenho e prazos de implantação quando cabível;
- consolidação normativa do item 5.1 com definições, metodologia, período de aferição, regime de lista e procedimento de autorização, tudo no texto do TR, e não apenas em respostas;
- retificação do item 4.13.e para eliminar ambiguidade e compatibilizar o dever de retaguarda com as regras de subcontratação;
- harmonização e esclarecimento das vigências entre Edital, TR e minuta contratual.

Requer-se, por fim, que a decisão seja devidamente motivada, com ciência formal à Impugnante.

Termos em que, pede deferimento.

Presidente Olegário/MG, 27 de janeiro de 2026.

**VIVA MAIS CLÍNICA DE SAÚDE LTDA.**

CNPJ nº 55.317.379/0001-18